

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: IMERSÃO E ESTUDO ACERCA DA IDENTIDADE NEGRA

Antonio José de Souza¹

¹ Teólogo/Historiador. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal). Mestre em Educação e Diversidade (UNEB). Professor da Educação Básica do município de Itiúba (BA). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).
E-mail: tonnysouza@gmail.com

Resumo: Este estudo pretende registrar o aniversário da Lei Federal nº 10.639 de 2003 que completou sua maioridade no dia 9 de janeiro de 2021. Há dezoito anos, a referida Lei, alterou a LDB (Lei Diretrizes e Bases), determinando a obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares o ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Aqui, eu relato duas experiências pedagógicas que assinalam o início do meu interesse pelo estudo e articulação entre questões étnico-raciais e a educação.

Palavras-chave: Identidade, lei 10.639/2003, docência, relatos de experiência.

1. Introdução: algumas elucidaciones

O presente trabalho é resultado de uma imersão e estudo acerca da identidade negra e a relação intrínseca entre nós e os 'outros'. Por isso, pretendo, entre outras coisas, registrar o aniversário dos dezoito anos da Lei Federal nº 10.639/2003, através do relato de duas experiências pedagógicas que marcaram os meus primeiros esboços teórico-metodológicos acerca da Lei 10.639 e das tessituras do 'tornar-me' consciente da negritude, cravada numa ascendência vinda do tempo passado.

O 'tornar-se' é a fusão da identidade, da negritude e ascendência, porquanto, partindo da hipótese defendida pela psicanalista Neusa S. Souza (1983, p. 73), o negro enfrenta contrariedades na conquista de uma identidade que o integralize aos seus componentes ancestrais, afinal, "[...] Numa sociedade de classes onde os lugares de poder e tomada de decisão são ocupados por brancos, o negro que pretende ascender lança mão de uma identidade calcada em emblemas brancos [...]", constituindo para si uma subjetividade conflitante acerca da sua história, passado e presente, em suma, sua ancestralidade.

Sendo assim, cumprindo as elucidaciones prometidas, passarei para os relatos de experiência a partir de atividades aplicadas com ênfase na pesquisa-ação, isto é, um tipo de pesquisa social com base empírica que "[...] consiste em acumular dados de experiências de um trabalho diário em grupos sociais [...]" (BARBIER, 1985, p. 39). Esse tipo de pesquisa incide sobre o que é imprescindível na investigação qualitativa, pois "[...]

exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial [...]” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49). Portanto, trata-se de um estudo atravessado pela fenomenologia, afinal, enfatiza os partícipes envolvidos nas atividades fincadas no fenômeno, na ‘coisa mesma’, objetivando explicitá-la no estabelecimento dos eventos do mundo-vida (MACHADO, 1994).

2. O contexto: Anita e Lelê

Naquele tempo, eu era o coordenador pedagógico no município de Itiúba – localizado no Semiárido baiano, Território do Sisal –, responsável pelas escolas do campo/roça multisseriadas, aquelas organizadas a partir da estruturação de ensino na qual o docente trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries do Ensino Fundamental, simultaneamente, atendendo a alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes (SOUZA, 2018). Visitá-las também fazia parte de meu ofício. Então, invariavelmente, estava acompanhado por livros infantis para uma contação deleite e, posteriormente, a reflexão e a apropriação do conhecimento, “[...] através do círculo hermenêutico: compreensão-interpretação-nova compreensão [...]” (MASINI, 1994, p. 63). De fato, julgava-me sabedor e detentor exímio da metodologia da leitura crítica. No entanto, a sala de aula, por vezes, surpreende-nos.

Eu havia reservado para aquela escola um livro intitulado *O cabelo de Lelê*, livro infantil da autora Valéria Belém (2007), voltado para a construção da autoidentificação positiva das crianças negras com a personagem principal, bem como para introduzir a contribuição do continente africano na cultura brasileira. Considerei o livro apropriado, porque, durante a dinâmica de apresentação, eu conheci Anita, uma menina negra, entre quatro e cinco anos de idade, de cabelos lindos, encrespados, encaracolados e fartos como os cabelos da personagem Lelê, que não gostava do que via, por isso, vivia se perguntando sem saber o que fazer: “[...] de onde vêm tantos cachinhos?” (BELÉM, 2007, p. 9). Como toda pergunta reclama por resposta, no livro, Lelê foi encontrar-se com a história e a beleza da herança africana.

Ao término da leitura, com as crianças sentadas de pernas cruzadas no chão, passei a provocá-las a respeito da cor da pele de Lelê e dos seus cabelos pretos volumosos. Em um determinado momento, presumi favorável relacionar os cabelos da personagem com os de Anita que, para o meu absoluto desatino, não gostou do que ouviu. Logo, chorou. Chorando, gritou. Gritando, puxava os cachos dos seus cabelos. A professora da turma, testemunha da minha hesitação atônita, moveu-se por ela e por mim, na tentativa de remediar as

lágrimas derramadas de Anita. Aturdido, lancei mão das titubeantes palavras de expiação, pois, sentia que a tinha ofendido. Se as minhas reações eram cambaleantes e meu discurso vago, o mesmo não acontecia com os meus pensamentos, dado que eram convulsivamente frenéticos, levando-me para além do que se pode compreender em um primeiro contato.

3. Um paralelo com a Anita

A imersão nessas reflexões, fez-me lembrar que, alguns anos antes do encontro narrado com a pequena Anita, eu desenvolvi com os meus alunos – na época – do 6º ano; uma atividade simples que consistia em fazer um autorretrato em folha de ofício com giz de cera. A orientação que eu dei foi que eles/elas fizessem os seus desenhos a partir de como se viam no espelho, sem retoques. Feito isso, solicitei que em uma outra folha, eles/elas fizessem os ‘retratos’, agora, a partir de como gostariam de ser, imaginando-se ‘outras’ pessoas, focando nos aspectos físicos.

Abaixo, alguns desses autorretratos:

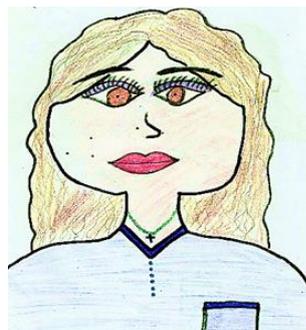
Figura 1. Autorretratos dos(as) alunos(as):

Autorretratos (vistos no espelho)

Autorretratos (imaginados)



Olhos verdes





Olhos azuis e cabelos loiros



Olhos verdes



Olhos verdes



Olhos verdes e pele mais clara



Olhos verdes

Fonte: Acervo pessoal

Devo confessar que antes de realizar a atividade com os meus alunos/alunas, eu tinha elaborado uma hipótese não comunicada a eles/elas, qual seja: de que teriam sido alcançados/as de algum modo pelo branqueamento e, sutilmente, portariam uma aversão à raça negra. Afinal, o que seria capaz de corroer a identidade de uma criança, senão algo tão silencioso e sorrateiro como a ideologia do branqueamento? Algo tão austero o bastante para instigar o mestiço à autorrecusa, escondendo traços de uma ascendência negra e internalizando o fetiche pela tez branca, olhos verdes e azuis, cabelos lisos ou loiros.

Como podemos verificar, tal hipótese se cumpriu, porque – nessa turma pequena de uma escola particular, urbana de alunos/as não-brancos/as –, alguns se reconheceram (se viram) nas cores ‘amorenadas’, mas, a maioria imaginou-se com marcadores da aparência branca uma vez que na “[...] ‘pigmentocracia’ organizada segundo um *continuum* de cor que vai do ‘claro’ ao ‘escuro’, tendo o louro nórdico na extremidade ‘melhor’ e o africano puro na extremidade ‘mais feia’” (SANSONE, 1993, p. 67, grifos do autor).

A motivação para realizar essa atividade-aula, veio-me após a leitura de uma matéria intitulada *O silêncio vai acabar*, publicada na Revista Nova Escola, nº 120, março de 1999; responsável por provocar-me as primeiras sistematizações e constatações acerca das experiências de exclusão e negação das minhas identidades no ambiente escolar, bem como na literatura infanto-juvenil que eu lia quando criança, pois “[...] sabe-se que a discriminação racial ocorre também pela invisibilidade, pelos silêncios e pelas ausências, quer nos textos literários, quer nas imagens, nas ilustrações que ‘ensinam’ a desvalorização do negro [...]” (FOSTER, 2015, p. 106, grifo da autora).

O percurso desse trabalho revelou, entre outras coisas, a dívida que a Educação Básica brasileira vem acumulando em relação à população negra, visto que, durante muito tempo, determinou-se a aplicação de um currículo único, sob o pretexto de oferecer uma educação ‘igual’ para todos, ignorando os estudantes afrodescendentes e indígenas, quer vivessem em comunidades rurais ou em grandes centros urbanos. Com isso, as características singulares de cada grupo ficaram excluídas ou ocultas durante décadas, resultando na aversão do negro à sua etnia e ancestralidade. Revelando que, de modo geral, quando os negros chegam e permanecem nos bancos escolares, aprendem uma história brasileira forjada, em que os heróis, ou melhor, os principais personagens, são marcadamente brancos-europeus.

4. Conclusão

Assim sendo, perguntamo-nos: como, por exemplo, uma criança negra se enxergará

nesse quadro? Ela se reproduzirá no negro escravizado, marcado e espancado da senzala ou no branco nobre? Torna-se importante esse adendo, dado que, certamente, não é fácil estudar em uma escola que, por incultura ou segregação consciente, ignora a descendência negra e se desinteressa pelo estudo da África, demonstrando descaso por sua historiografia e persistindo na legitimação da relação tensa, devido às diferenças na cor da pele e traços fisionômicos que estão atrelados à raiz cultural plantada na ancestralidade africana. Em vista disso, a escola é impelida a assumir outra proposta, visto que já não é possível caminhar na contramão da história, restringindo-se ao aspecto de uma educação mancomunada com os mecanismos de padronização e homogeneização.

Portanto, esses breves relatos de experiência sinalizam a necessidade de uma política de formação docente para a diversidade, contemplando, sobretudo, a perspectiva da identidade e da cultura afro-brasileira, historicamente marcada pelo silenciamento e pela negação nas escolas brasileiras.

Referências

- BARBIER, R. **A pesquisa-ação na instituição educativa**. Tradução de Estela dos S. Abreu e Maria W. M. de Andrade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- BELÉM, V. **O cabelo de Lelê**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação** - uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução de Maria J. Alvarez, Sara B. dos Santos e Telmo M. Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.
- FOSTER, E. da L. S. **Garimpendo pistas para desmontar racismos e potencializar movimentos instituintes na escola**. Curitiba: Appris, 2015.
- MACHADO, O. V. de M. Pesquisa Qualitativa: modalidade fenômeno situado. *In*: BICUDO, M. A. V.; ESPOSITO, V. H. C. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1994.
- MASINI, E. A. F. S. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. *In*: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 47-58.
- REVISTA NOVA ESCOLA. **Ele vai começar a gritar!** Ano XIV, n. 120, março de 1999.
- SANSONE, L. Pai preto, filho negro: cor e diferença de geração. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 73-93, 1993.
- SOUZA, A. J. de. **O já-dito e não-dito acerca das identidades e cultura afro-brasileira: histórias de vida-formação-profissão dos docentes de classes multisseriadas**. Curitiba: CRV, 2018.
- SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.